

**ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª  
REGIÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026  
PROCESSO – PROAD 2113/2026 (SEGPRES)**

A **ALL SPACE FACILITIES LTDA**, aqui designada como **RECORRENTE** e já qualificada nos autos, vem, respeitosamente, por intermédio de seu representante legal firmado abaixo, com base no item 9 do Edital referente ao processo licitatório em epígrafe e no art. 165 da Lei nº 14.133/2021, opor

### **RECURSO ADMINISTRATIVO**

em face da **DECISÃO DESTA RESPEITOSA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**, o qual habilitou a empresa **J AZEVEDO ENGENHARIA LTDA**, bem como o seguimento das inclusas razões, a fim de que sejam criteriosamente apreciadas por esta Comissão. Caso não reconsidere a decisão no prazo estabelecido no § 2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021, caberá o encaminhamento do presente Recurso Administrativo à Autoridade Superior, com as respectivas motivações, para que seja proferida a decisão cabível.

### **I – DA TEMPESTIVIDADE**

1. Antes de exposição das razões de mérito do recurso, insta salientar a sua tempestividade, haja vista a obediência ao prazo legal de **3 (três) dias úteis para sua apresentação**, nos termos do inciso I do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.
2. O prazo para a RECORRENTE apresentar defesa teve seu **início no dia 04/05/2026 (segunda-feira) e término no dia 06/05/2026 (quarta-feira)**.
3. Com isso, tem-se/ que este Recurso Administrativo é estritamente **TEMPESTIVO**, devendo ser **conhecido, analisado e julgado** nos termos da legislação em vigor.

## **II – DOS FATOS**

Preliminarmente, impõe-se destacar que as obrigações documentais devem ser rigorosamente cumpridas nos exatos termos e prazos estabelecidos no Edital e em seus anexos, em estrita observância à legislação aplicável. Tais exigências constituem condição indispensável para a aferição da capacidade técnica e jurídica dos licitantes, sendo elemento essencial à validade do procedimento licitatório.

Nesse contexto, o descumprimento de requisitos formais previstos no instrumento convocatório — ainda que decorrente de descuido ou equívoco — evidencia, por si só, a ausência de qualificação necessária à contratação pretendida.

Ademais, a competitividade no certame deve ser compreendida em sentido amplo, abrangendo não apenas a proposta mais vantajosa, mas também a estrita observância, pelos licitantes, das exigências procedimentais e documentais fixadas pela Administração.

Cumprе ressaltar, ainda, que os princípios da isonomia e da impessoalidade, ambos de matriz constitucional, impõem à Administração Pública o dever de assegurar tratamento igualitário entre os licitantes, vedando qualquer flexibilização indevida das regras editalícias. Não se pode conferir tratamento equivalente àquele que descumprе o edital e àquele que o observa integralmente, sob pena de violação aos referidos princípios, comprometimento da lisura do certame e eventual nulidade do procedimento, com a consequente responsabilização dos agentes públicos envolvidos.

Diante do exposto, passa-se à análise dos fatos que demonstram, de forma inequívoca, a ilegalidade da classificação e habilitação da empresa J AZEVEDO ENGENHARIA LTDA, razão pela qual o presente recurso administrativo visa impugnar tal decisão, requerendo, ao final, a sua inabilitação.

## **III – DAS DECLARAÇÕES FALSAS DE CUMPRIMENTO DE APRENDIZES**

A Lei nº 14.133/2021 estabelece, em seus Arts. 62 e seguintes, que a habilitação tem por finalidade verificar a aptidão do licitante para o cumprimento das obrigações contratuais, devendo ser comprovada mediante documentação idônea e válida.

O presente, Pregão Eletrônico n. 90008/2026, tem como objeto a contratação de serviços comuns de engenharia em regime de execução misto para manutenção, adequações, adaptações e instalações prediais: 8 (oito) grupos distintos, sendo 1 (um) para cada região, conforme tabela abaixo, nos termos deste Edital e seus anexos.

Após a abertura da licitação e a fase de lances, a empresa Recorrida foi declarada habilitada em 30/04/2026, tendo sido considerados como cumpridos os itens de habilitação constantes no edital, todavia, o fato é que a empresa habilitada não cumpriu com os termos editalícios. Observemos.

O item 4.5 do Edital diz assim:



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**

**Secretaria de Licitações e Contratos**

Pregão Eletrônico 08/2026

que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;



- 4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- 4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.
- 4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.
- 4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.
- 4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

Pág. 7 do Edital

*Data máxima vênia*, mas a Recorrida declarou falsamente que preenche o percentual mínimo previsto na legislação no que tange ao número de trabalhadores pela previdência social e aprendizes, ferindo os itens supracitados e, conseqüentemente, a isonomia e vinculação ao instrumento convocatório.



Seguem abaixo *print* da declaração apresentada pela Recorrida:



## J AZEVEDO ENGENHARIA LTDA

### DECLARAÇÃO CONJUNTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL

Referência: Pregão Eletrônico n.º 08/2026 – TRT 3ª Região (PROAD 2113/2026)

Objeto: Contratação de serviços comuns de engenharia em regime de execução misto para manutenção, adequações, adaptações e instalações prediais.

A empresa J AZEVEDO ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 40.430.472/0001-07, com sede na Avenida JOSE WILKER ATOR, n.º 00605, complemento BLC 1 B SAL 0927, bairro JACAREPAGUA, RIO DE JANEIRO - RJ, CEP 22775024, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, o Sr. ORIVALDO JOSE AZEVEDO, portador da inscrição CREA 143.497 D/SP e do CPF n.º 015.915.058-28, DECLARA, sob as penas da lei e para os devidos fins de participação no certame em epígrafe, que:

1. **Requisitos de Habilitação:** Cumpre plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos no instrumento convocatório supracitado (art. 63, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021).
2. **Direitos Laborais:** A proposta econômica apresentada compreende a integralidade dos custos para atender a todos os direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes aplicáveis à categoria.
3. **Trabalho do Menor e Trabalho Escravo:** Cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregando menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não empregando menor de dezasseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de catorze anos. Declara, ainda, que não submete nenhum dos seus trabalhadores a trabalho escravo ou em condições análogas às de escravo.
4. **Reserva de Cargos para Pessoas com Deficiência:** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei n.º 8.213/91, bem como as demais normas de acessibilidade.
5. **Egressos do Sistema Prisional:** Compromete-se a alocar, para a execução do contrato, um quantitativo de mão de obra de egressos do sistema prisional ou

Avenida José Wilker, N.º 605 - Sala 927 – One Word Office  
Barra Olímpica - CEP 22775-024 – RJ – PABX: (21) 3734.9109  
comercial@jazevedoengenharia.com.br

## **J AZEVEDO ENGENHARIA LTDA**

de cumpridores de penas alternativas não inferior a 2% (dois por cento) do total de trabalhadores afetos à prestação dos serviços, nos termos da legislação vigente e das exigências do Edital.

6. **Condições Locais:** Tem pleno conhecimento das condições locais e de todas as circunstâncias inerentes à execução do objeto da licitação.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2026.

J AZEVEDO  
ENGENHARIA  
LTDA:40430472000107

Assinado de forma digital por J  
AZEVEDO ENGENHARIA  
LTDA:40430472000107  
Dados: 2026.04.10 16:29:33  
-03'00'

J Azevedo Engenharia LTDA  
CNPJ: 40.430.472/0001-07

ORIVALDO JOSE  
AZEVEDO:01591  
505828

Assinado de forma digital  
por ORIVALDO JOSE  
AZEVEDO:01591505828  
Dados: 2026.04.10 16:29:45  
-03'00'

Orivaldo Jose Azevedo  
CPF: 015.915.058-28  
CREA: 143.497 D/SP

Na declaração acima, a Recorrida informa que cumpre com o requisito de reserva de cargo. Não obstante, o fato é que a Recorrida não cumpre com os percentuais mínimos exigidos em lei quanto ao número de aprendizes, conforme comprovam as certidões do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), emitida em 30 de abril de 2026 e dia 06 de maio de 2026, as quais seguem abaixo:





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

### CERTIDÃO

**EMPREGADOR:** J AZEVEDO ENGENHARIA LTDA  
**CNPJ:** 40.430.472/0001-07  
**CERTIDÃO EMITIDA** em 30/04/2026, às 12:38:13

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em 27/04/2026, aprendizes em número **INFERIOR** ao percentual mínimo previsto no art. 429, caput, da CLT.

1. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz/verificar> com o código de verificação **ozuh08VXWk1e080**.
2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em 27/04/2026. Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados.
4. Eventuais retificações nos dados enviadas após 27/04/2026 podem não se refletir nesta certidão.
5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas de Aprendizagem Profissional, conforme art. 429, caput, da CLT.
6. Para todos os fins legais, inclusive no que concerne à comprovação de regularidade prevista na Lei nº 14.133, de 2021, esta certidão terá validade exclusivamente para este estabelecimento. Outro estabelecimento desta mesma empresa, que intencione a contratação em processo de licitação e de contrato administrativo, precisa apresentar certidão específica com seu CNPJ completo.
7. Esta certidão não é válida para os estabelecimentos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem (SENAC, SENAI, SENAR, SENAT e SESCOOP).
8. As empresas enquadradas como ME ou EPP e, portanto, isentas do dever de contratar aprendizes, conforme art. 51, III, da Lei nº 123, de 2006, não terão seu enquadramento comprovado por esta certidão. Cabe ao órgão que realiza a licitação informar às empresas licitantes quais documentos exigirá para comprovar o efetivo enquadramento como ME ou EPP.
9. Esta certidão foi emitida em 30/04/2026 e tem prazo de validade de 30 dias.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

### CERTIDÃO

**EMPREGADOR:** J AZEVEDO ENGENHARIA LTDA  
**CNPJ:** 40.430.472/0001-07  
**CERTIDÃO EMITIDA** em 06/05/2026, às 14:11:22

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado informava empregar, em 02/05/2026, aprendizes em número **INFERIOR** ao percentual mínimo previsto no art. 429, caput, da CLT.

1. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz/verificar> com o código de verificação **SSY5FcXWDRSrIgb**.
2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em 02/05/2026. Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados.
4. Eventuais retificações nos dados enviadas após 02/05/2026 podem não se refletir nesta certidão.
5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas de Aprendizagem Profissional, conforme art. 429, caput, da CLT.
6. Para todos os fins legais, inclusive no que concerne à comprovação de regularidade prevista na Lei nº 14.133, de 2021, esta certidão terá validade exclusivamente para este estabelecimento. Outro estabelecimento desta mesma empresa, que intencione a contratação em processo de licitação e de contrato administrativo, precisa apresentar certidão específica com seu CNPJ completo.
7. Esta certidão não é válida para os estabelecimentos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem (SENAC, SENAI, SENAR, SENAT e SESCOOP).
8. As empresas enquadradas como ME ou EPP e, portanto, isentas do dever de contratar aprendizes, conforme art. 51, III, da Lei nº 123, de 2006, não terão seu enquadramento comprovado por esta certidão. Cabe ao órgão que realiza a licitação informar às empresas licitantes quais documentos exigirá para comprovar o efetivo enquadramento como ME ou EPP.
9. Esta certidão foi emitida em 06/05/2026 e tem prazo de validade de 30 dias.

Prezado Pregoeiro, consoante se depreende das certidões supramencionadas, emitidas em 30/04/2026 e 06/05/2026, resta comprovado que a empresa recorrida, na data de 06/05/2026, encontrava-se em desconformidade com as exigências legais relativas à contratação de aprendizes com **número inferior** percentual mínimo previsto no artigo 429, caput, da CLT.

Dispõe o artigo 429, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho que os estabelecimentos são obrigados a empregar e matricular aprendizes em percentual mínimo de 5% e máximo de 15% dos trabalhadores cujas funções demandem formação profissional.

No caso em exame, a documentação oficial evidencia, de forma objetiva, o descumprimento do percentual mínimo legal, configurando afronta direta ao referido dispositivo.

Tal irregularidade implica, necessariamente, o descumprimento das exigências previstas no edital, que condiciona a habilitação ao atendimento da legislação trabalhista aplicável. Assim, impõe-se a inabilitação da empresa recorrida, nos termos do item 4 do instrumento convocatório.

Importa destacar que a exigência legal em questão possui natureza cogente, não admitindo flexibilização no âmbito do certame. A eventual análise de justificativas quanto ao seu descumprimento compete exclusivamente ao Ministério do Trabalho e Emprego, não cabendo ao Pregoeiro relativizar obrigação legal expressa nem afastar critério objetivo de habilitação previsto no edital.

Por fim, cumpre salientar que as certidões ora anexadas, inclusive de períodos anteriores, demonstram que o descumprimento da cota de aprendizagem não se trata de fato isolado ou erro sistêmico, mas de conduta reiterada, o que afasta, de plano, qualquer alegação de inconsistência cadastral ou desatualização de dados.

Cumprido destacar o que dispõe a Lei nº 14.133/2021:

- Art. 8º, inciso II: consagra a observância da regularidade trabalhista no âmbito das contratações públicas, em consonância com os princípios que regem a atuação administrativa;
- Art. 59, §1º, inciso II: estabelece que será desclassificado o licitante que não comprovar o atendimento das exigências de habilitação;
- Art. 92: prevê a aplicação de sanções em caso de declaração falsa no curso do procedimento licitatório, incluindo a suspensão do direito de licitar e a declaração de inidoneidade.

À luz desses dispositivos, verifica-se que o atendimento integral às exigências de habilitação — dentre elas, a regularidade trabalhista — constitui requisito objetivo e indispensável à permanência do licitante no certame.

No caso em apreço, restou demonstrado que a empresa J AZEVEDO ENGENHARIA LTDA, não atende a tais exigências, o que atrai, de forma vinculada, a incidência do art. 59, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, não há margem para discricionariedade por parte da Administração: impõe-se a **DESCCLASSIFICAÇÃO** da licitante ora vencedora, em estrita observância ao princípio da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e da isonomia entre os concorrentes.

O Edital foi claro, assim como a Legislação de Regência, de que a reserva de cargos deve ser cumprida, sob pena de inabilitação, sem embargos ao fato de que a empresa Recorrida, totalmente sabedora de que não cumpria a exigência da habilitação trabalhista, declarou falsamente tal cumprimento.

A inabilitação da empresa que deixou de cumprir as exigências legais e editalícias revela-se medida impositiva, indispensável à preservação do princípio da isonomia entre os licitantes. Não se afigura juridicamente admissível equiparar, no âmbito do certame, empresa que descumpriu regras expressas do edital àquelas que observaram integralmente seus comandos.

Admitir tal flexibilização implicaria violação direta às normas editalícias, comprometendo a lisura do procedimento e gerando insegurança jurídica, em afronta aos princípios que regem a Administração Pública.

Cumprir ressaltar que a manutenção da estabilidade das relações jurídicas constitui dever da Administração Pública, e não mera faculdade, impondo-se a observância dos princípios da proteção à confiança legítima e da segurança jurídica, como forma de resguardar a previsibilidade e a integridade do sistema jurídico pátrio.

No caso em análise, a atuação administrativa deve se manter estritamente vinculada às regras previamente estabelecidas no edital, sob pena de violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

A propósito, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União é firme nesse sentido:

#### **1. Tribunal de Contas da União (TCU)**

##### **• Acórdão 1189/2019 – Plenário:**

“Cabe ao pregoeiro limitar-se à análise das exigências estabelecidas no edital, sendo vedado avaliar justificativas ou documentos que dependam de julgamento técnico de outros órgãos competentes.”



- **Acórdão 1902/2021 – Plenário:**

"O Pregoeiro deve observar estritamente o edital e não possui competência para reconsiderar ou flexibilizar exigências legais fiscalizadas por órgãos especializados, como o Ministério do Trabalho e Emprego."

Sob a perspectiva do princípio da isonomia, a habilitação da empresa Recorrida — não obstante o inequívoco descumprimento das exigências atinentes à habilitação trabalhista — consubstancia tratamento privilegiado indevido, em manifesta afronta à igualdade de condições entre os licitantes. Tal conduta compromete a higidez do certame, prejudica a livre concorrência e viola frontalmente os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e da imparcialidade administrativa.

Com efeito, não se mostra juridicamente admissível relativizar exigências editalícias em favor de licitante que não as observou, sob pena de subversão das regras previamente estabelecidas e de ruptura da confiança legítima depositada pelos demais participantes na condução regular do procedimento. O edital, como lei interna da licitação, vincula tanto a Administração quanto os licitantes, não comportando flexibilizações casuísticas.

Nesse contexto, impõe-se a inabilitação da empresa Recorrida como medida necessária à recomposição da legalidade e à preservação da integridade do certame, o que se requer por meio do presente recurso, inclusive com fundamento no poder-dever de autotutela da Administração Pública.

*Ad argumentandum tantum*, registre-se que o princípio da separação das esferas de competência administrativa constitui vetor estruturante do ordenamento jurídico, impondo que cada órgão atue estritamente dentro dos limites de suas atribuições. Assim, não cabe ao agente responsável pela condução do certame suprir, relevar ou reinterpretar exigências cuja aferição dependa de juízo técnico próprio de outros órgãos ou instâncias competentes.

A habilitação de uma empresa que descumpre suas obrigações trabalhistas prejudica gravemente a isonomia do certame, ao colocar em igualdade empresas que cumprem rigorosamente a legislação e aquelas que não o fazem.

É fundamental considerar que a capacidade técnica e administrativa de uma empresa não se limita à execução do objeto contratual. A capacidade de cumprir normas trabalhistas e fiscais é igualmente essencial, pois reflete seu nível de organização e sua aptidão para atuar em conformidade com as exigências do Estado.

Nesse contexto, o julgamento das licitações deve observar rigorosa conformidade com a legislação aplicável e, sobretudo, com as regras previamente estabelecidas no instrumento convocatório — o edital, que se impõe como lei interna do certame e vincula indistintamente a Administração e os licitantes.

Diante disso, revela-se imperativo o provimento do presente recurso, com a consequente inabilitação da empresa ora vencedora, em razão do descumprimento das exigências editalícias e legais.

Subsidiariamente, caso ainda subsistam dúvidas quanto à regularidade da Recorrida perante o Ministério do Trabalho e Emprego, bem como acerca das reiteradas notificações decorrentes do descumprimento da legislação específica, requer-se que esta Douta Comissão promova as diligências necessárias, a fim de elucidar de forma plena e segura os fatos suscitados na presente peça recursal.

#### **IV – DO PEDIDO**

Ante o exposto, e confiando no elevado critério de julgamento de Vossas Senhorias, requer-se o conhecimento e provimento do presente recurso administrativo, para que seja determinada a **INABILITAÇÃO DA EMPRESA J AZEVEDO ENGENHARIA LTDA**, tendo em vista o não atendimento às exigências do edital e às normas legais de regência, bem como a apresentação de declarações inverídicas quanto ao cumprimento do percentual mínimo de reserva de cargos destinados a menor aprendizes.

Tal providência se impõe como medida necessária à preservação dos princípios da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório, da legalidade e do julgamento objetivo, assegurando a lisura, a transparência e a regularidade do certame.



Nestes termos,

Pede deferimento.

Brasília/DF, em 06 maio de 2026.

ALL SPACE FACILITIES LTDA  
ISABEL MARQUES TEODORO